

Câmara Municipal de Paços de Ferreira

**CONCURSO PÚBLICO
PARA A EMPREITADA DE:**

Requalificação da EB 2,3 de Frazão

Procedimento 4/E/2024

PROGRAMA DE CONCURSO

ÍNDICE GERAL

- 1 - Índice geral
- 2 - Programa de Concurso
- 3 - Caderno de Encargos Geral
- 4 - Caderno de Encargos Técnico
- 5 - Mapa de medições
- 7 - Peças desenhadas
- 8 - Plano de Segurança e Saúde
- 9 - Plano Gestão de Resíduos de construção e demolição

PROGRAMA DE CONCURSO

1. DESIGNAÇÃO DO CONCURSO E CONSULTA DO PROCESSO

O concurso para a execução da empreitada de **Requalificação da EB 2,3 de Frazão**, reveste a forma de **Concurso Público Com Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia** nos termos do disposto na alínea a) do artigo 19.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (CCP).

1.1 – O processo encontra-se patente na Secção de Expediente e Serviços Gerais da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Praça da República, nº 46, 4590-527 Paços de Ferreira, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao dia e hora da data da entrega das propostas.

1.2 – O Processo do Concurso é constituído pelas peças indicadas no respetivo índice geral e disponibilizado em plataforma eletrónica ACINGOV (<https://www.acingov.pt/>).

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

Câmara Municipal de Paços de Ferreira

Endereço: Praça da República, nº 46

Telefone: 255 860 700

Fax: 255 860 734

Endereço Eletrónico: geral@cm-pacosdeferreira.pt

3. ENTIDADE QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é a Câmara Municipal, de acordo com o n.º 1 do art.º 36.º do CCP. e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o disposto no artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de oito de junho, mantido em vigor pelo artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, nas suas atuais redações.

4. O ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

4.1 - A entidade que preside ao concurso é o Júri do Concurso nomeado para o efeito, a quem deverão ser apresentados, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas.

4.2 - Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, conforme o previsto no artigo 64.º do CCP.

A falta de cumprimento daquele prazo poderá justificar o adiamento do concurso, desde que imediatamente requerido pelo interessado.

4.3 - Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao concorrente que os solicitou, os mesmos serão disponibilizados em plataforma eletrónica ACINGOV conforme o previsto no nº 8 do artigo 50.º do CCP.

5. INSPECÇÃO DO LOCAL DA CONSTRUÇÃO

5.1 - Até ao termo do prazo para apresentação das propostas, os interessados poderão inspecionar o local onde decorrerão as obras de **“Requalificação da EB 2,3 de Frazão”** e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

5.2 - Para o efeito previsto no n.º anterior, deverão os interessados solicitar à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica ACINGOV, a marcação da data e hora em que desejam a realização da visita/inspeção.

6. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

6.1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

6.2 – Entende-se por atributo da proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos (artigo 56.º do CCP).

6.3 - A proposta será obrigatoriamente redigida em língua portuguesa.

6.4 - Documentos que instruem a Proposta:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) nos termos do modelo aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborado com base no previsto no Anexo I.

b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, ou seja, proposta de preço redigida de acordo com o modelo Anexo III;

c) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos de execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a Entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nomeadamente:

c.1) - Certificado de habilitações profissionais do diretor técnico da empreitada, como por exemplo, o comprovativo de inscrição na Ordem dos Engenheiros e/ou cópia da cédula profissional.

c.2) - Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione o equipamento principal a utilizar na obra e, se for o caso, o equipamento de características especiais, indicando, num e noutro caso, se se trata de equipamento próprio, alugado ou sob qualquer outra forma;

c.3) - Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione o diretor técnico da empreitada e o representante permanente do empreiteiro na obra;

d) Uma lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, devendo indicar os preços parciais dos trabalhos correspondentes às habilitações contidas nos alvarás;

e) Um programa de trabalhos, incluindo plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamento, elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do CCP, compreendendo, com respeito pelo prazo de execução da obra, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas e a especificação dos meios com que o empreiteiro se propõe executá-los;

f) Um cronograma financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;

g) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra, assim como do programa de instalações da obra, onde especificará de forma sucinta a organização do estaleiro, e disposições que pretende tomar para garantir o cumprimento das normas relativas à higiene, saúde e segurança, podendo fazer referência a um planeamento faseado adequado à obra.

h) Certidão Permanente ou código de acesso da mesma referente à pessoa jurídica do Concorrente no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos de pessoas coletivas;

7. PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1 - O preço base do procedimento é de **3.745.135,56 € (três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos)**, (não inclui IVA), sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução da empreitada (nº 1 do artigo 47.º do CCP).

7.2 - O prazo de execução, contados a partir da data da consignação, é de **18 meses**;

7.3 - A contagem dos prazos definidos no número anterior inclui sábados, domingos e feriados.

8. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de variantes ao caderno de encargos.

9. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

9.1 - Podem apresentar proposta as entidades, pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

9.2 - Poderão, igualmente, concorrer:

a) Empresas nacionais de Estados signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, nos termos do mesmo Acordo e respetivos instrumentos de aplicação, e se os mesmos o permitirem;

b) Empresas nacionais de Estados signatários do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio, nos termos estabelecidos nesse Acordo e se o mesmo o permitir;

c) Agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento;

d) A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante o dono da obra, pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta;

e) No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

10. AQUISIÇÃO DAS PEÇAS DO CONCURSO

As peças do concurso são disponibilizadas em plataforma eletrónica ACINGOV.

Designação do serviço da Entidade Adjudicante:

Divisão de Gestão Administrativa da Câmara Municipal de Paços de Ferreira

Endereço: Praça da República, nº 46

Código Postal: 4590 527

Localidade: Paços de Ferreira

Telefone: 255860700

Fax: 255861995

Endereço Eletrónico: geral@cm-pacosdeferreira.pt

11. O PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1 – Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e apresentadas diretamente em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante (ACINGOV), através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2 – A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3 – Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no nº 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
- b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) Cujas receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

4 - Os concorrentes devem observar o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, quanto ao modo de apresentação da proposta.

13. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados diretamente na **plataforma eletrónica ACINGOV**, até às **23:59 do 33.º dia** da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.

14. PUBLICITAÇÃO DA LISTA DE CONCORRENTES

No dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica ACINGOV.

O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1 - As propostas dos concorrentes serão analisadas em função do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, cujo único fator é o preço de valor mais baixo, na modalidade prevista no artigo 74.º, n.º 1, alínea b) do CCP.

15.2 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas será considerada a que apresentar valor de preço mais baixo do artigo 1.1. do capítulo 1 “Estaleiro” como elemento de desempate.

16. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO (ARTIGO 81.º DO CCP)

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP.
- c) Documentos previstos nos n.os 2 do artigo 81.º do CCP.

O certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas deve conter a seguintes autorizações: a 1.ª subcategoria da 1.ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta e integrar-se na categoria em que o tipo da obra se enquadra, a 5.ª, 6ª, 7ª e 8.ª subcategorias da 1.ª categoria e a 1.ª e 12.ª subcategoria da 4.ª categoria, nas classes correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à declarações de compromisso de sub-empreiteiros.

d) Um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos termos do previsto no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.

e) O termo de responsabilidade e seguro de responsabilidade civil, do Diretor técnico da empreitada, válidos à data da celebração do contrato, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;

f) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://rcbe.justica.gov.pt/>).

17. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO

17.1 - O Adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 dias úteis a partir da data da notificação da decisão de adjudicação.

17.2 - No caso de se verificarem irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º, o adjudicatário é notificado para as suprir no prazo de 5 dias úteis.

18. CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

18.1 - Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de **5% do PREÇO CONTRATUAL**, com exclusão do IVA.

18.2 - Para reforço de qualquer caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver direito a receber em cada um dos pagamentos parciais, **será deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento**, nos termos do n.º 1 do artigo 353.º do CCP.

19. MODO DE PRESTAÇÃO

1 – As cauções podem ser prestadas por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário.

2 – O depósito de dinheiro ou títulos efetua-se numa instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, indicando-se o fim a que se destina.

3 – Quando o depósito for efetuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.

4 – Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.

5 – Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento das obrigações.

6 – Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

7 – Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente programa de concurso observar-se-á o disposto no CCP e Portaria 701-G/2008, de 29 de julho.

ANEXO I

1. O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) elaborado com base no ficheiro eletrónico anexo às peças do procedimento e disponibilizado em <https://espd.eop.bq/espd-web/filter?lang=pt> , devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - i) “Sou um operador económico”;
 - ii) “Importar um DEUCP”;
 - iii) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante.
 - iv) Selecionar o país do concorrente;
 - v) Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - vi) No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.
2. No caso de agrupamentos concorrentes, deve ser apresentado um DEUCP distinto relativamente a cada um dos seus membros.
3. A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o ato, devendo ser enviado num ficheiro com a designação “DEUCP”.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados

(3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

PROPOSTA

(MODELO DE PROPOSTA PARA APRESENTAÇÃO DE PREÇO)

F indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede, número fiscal) ... depois de ter tomado conhecimento do V. Concurso nº....., de/...../....., para apresentação de proposta para execução da empreitada referente à....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a empreitada de acordo com estipulado no respetivo programa de concurso e Caderno de encargos, no prazo de meses, em conformidade com os documentos patenteados no processo, pelo preço global de € (por algarismos e por extenso), conforme mapa de medições e lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante. À quantia atrás referida acrescentará o IVA à taxa legal em vigor.

O prazo de garantia é de ano(s), contado(s) a partir da data da receção.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m) em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar descrito na legislação portuguesa em vigor.

Data ...

Assinatura ...

ANEXO IV
MODELO DE CAUÇÃO
MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

..... € (valor da caução)

Vai (Empresa Adjudicatária), Pessoa Coletiva n.º matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de€, e sede na Rua, em, depositar no(Entidade Bancária), Pessoa Coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de.....€, e sede na Rua, em, a quantia de € (por extenso)(em dinheiro ou títulos), como Caução exigida para a Empreitada designada por, para os efeitos do n.º 1 do art.º 88.º e do n.º 1 do art.º 89.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do, a quem deve ser remetido o respetivo comprovativo.

..... (local),..... (dia) de (mês) de(ano)

(Assinaturas)

ou

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV - Modelo de declaração de Garantia

Ao Município de Paços de Ferreira

O (Banco), com sede em (morada), com o capital social de (capital social), pessoa coletiva número (número de identificação de pessoa coletiva), representado por (representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)), vem prestar, por conta e a pedido de (nome do adjudicatário), com sede em (morada), na qualidade de adjudicatário do Concurso Público para a ".....", promovido pelo Município de Paços de Ferreira, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor do Município de Paços de Ferreira, até ao valor de Euros (repetir por extenso), em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes da celebração do contrato a que se refere aquele Concurso.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Município de Paços de Ferreira, até àquele valor, sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso, documentos a ele anexos e no contrato, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € (..... euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no contrato a celebrar na sequência do referido Concurso.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

..... (local), (data)

Assinatura:.....

ANEXO V - Modelo de Seguro-Caução

A (companhia de seguros), com sede em (morada) presta a favor do Município de Paços de Ferreira, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador de seguro), garantia à primeira solicitação no valor de correspondente à caução prevista no Programa de Concurso, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que(adjudicatário), com sede..... (morada), assumirá no contrato que, na sequência do respetivo Concurso Público, com ele o Município de Paços de Ferreira para (nome do concurso público)” e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Paços de Ferreira, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município de Paços de Ferreira quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro ou relativas ao contrato celebrado entre o Município de Paços de Ferreira e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições do presente seguro-caução se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

O presente seguro-caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até à sua liberação, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

..... (local), (data)

Assinatura: